

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

Pregão BANDES Eletrônico Nº 2021/002

ESCLARECIMENTO 02

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de auditoria independente, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, Fundo Garantidor De Parcerias Público–Privadas – FGP-ES e Fundo de Aval Bandes referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022 (datas-bases: 30/06 e 31/12), nos termos das especificações técnicas descritas no Edital e seus Anexos.

Pergunta Nº 1 – Da confidencialidade

Considerando que o inciso XIV do item 7.1 da cláusula sétima da minuta de contrato trazem a previsão de que a contratada deve manter a confidencialidade das informações, documentos e assuntos relativos ao objeto do contrato, conforme abaixo citado:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:

Omissis(...)

XIV. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;

Entende-se que:

- (i) serão mantidas em sigilo todas as informações confidenciais obtidas durante a prestação dos serviços, inclusive recomendações formuladas em sua execução ou resultante dos serviços;
- (ii) a equipe da Contratada utilizará as informações confidenciais para o único propósito de executar os serviços;
- (iii) a Contratada revelará as informações confidenciais apenas para os membros de sua organização, necessários à condução dos serviços, requerendo destes que mantenham o caráter confidencial das mesmas e que em razão disso os membros da organização mundial da Contratada não serão considerados como terceiros, para fins de confidencialidade.
- (iv) a Contratada poderá manter consigo cópia das informações e documentos, mesmo que considerados informações confidenciais, necessários à comprovação da relação contratual entre as partes e os serviços prestados, e/ou que tenham sido utilizadas para consubstanciar eventuais serviços por elas prestados à Contratada em relação a este Projeto, mantendo-se, contudo, a confidencialidade das referidas informações;
- (v) não obstante, as Partes não terão obrigação de preservar o sigilo relativo à Informação que: (a) era de seu conhecimento anteriormente, não estando sujeita à obrigação de ser mantida em sigilo; (b) for revelada a terceiros pela parte Reveladora da informação, sem qualquer obrigação de sigilo; (c) estiver ou tornar-se publicamente disponível por meio diverso da revelação não autorizada pela parte Receptora da informação; (d) tenham sua divulgação exigidas nos termos da lei ou por autoridade competente; (e) para que a KPMG possa se defender em casos de instauração de processo administrativo, arbitral ou judicial contra ela; e/ou (e) for total e independentemente desenvolvida pela parte Receptora da informação;
- (vi) as informações da contratada também deverão receber o mesmo tratamento de confidencialidade;

(vii) a obrigação de confidencialidade deverá respeitada pelo prazo de 5 (cinco) anos, na forma da Lei Federal 12.527/2011;

Questiona-se:

1.1. Estão corretos nossos entendimentos?

Resposta do BANDES:

(i) Entendimento correto;

(ii) Entendimento correto;

(iii) Entendimento correto;

(iv) Entendimento correto;

(v) Entendimento correto;

(vi) Entendimento correto;

(vii) Entendimento não está correto. A futura contratada deverá cumprir com as condições de confidencialidade constantes do Edital PE nº 2021/002 sem exceções ou exclusões. A confidencialidade deste contrato perdurará por prazo indeterminado, não limitado a 05 anos.

Pergunta Nº 2 – Da possibilidade de apresentar ficha de registro

Considerando que a licitante deverá comprovar o vínculo empregatício dos seus profissionais;

Considerando que, segundo a legislação brasileira, o vínculo empregatício do funcionário poderá ser comprovado mediante apresentação de Carteira Profissional de Trabalho;

Considerando, ainda, que, conforme previsto no artigo 41 da CLT, com a redação da Lei Federal nº 7.855, de 24/10/89, é facultado ao empregador efetuar o registro de seus funcionários em “livros, fichas ou sistema eletrônico”, prestando-se, inclusive, para fins de processo de fiscalização;

Considerando, portanto, que, para a comprovação do vínculo empregatício, admite-se a apresentação de Fichas de Registro de Empregado emitidas por sistema do Licitante, conforme previsto na legislação vigente sobre o assunto;

Considerando que o valor do salário do funcionário é informação sigilosa do profissional e não interfere em nada no processo licitatório ou na contratação da licitante vencedora;

Questiona-se:

2.1 É correto o entendimento de que a comprovação do vínculo empregatício do empregado poderá ser realizada, alternativamente, mediante a apresentação da **Ficha de Registro de Empregado, reservada a prerrogativa de omitir a informação salarial do profissional?**

Resposta do BANDES:

Entendimento correto, desde que a comprovação do vínculo empregatício possa ser atestada de forma inequívoca e inquestionável. Não há óbice quanto a omissão da informação salarial do profissional.

Pergunta Nº 3 – Do termo de cessão

Considerando que o Edital estabelece que a licitante deverá comprovar o vínculo empregatício dos seus profissionais;

Considerando o entendimento sedimentado no E.TCU de que a comprovação do vínculo dos profissionais com a licitante também pode ser realizada mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços;

Considerando que muitas das organizações capacitadas para a prestação dos serviços ora licitados são caracterizadas por atuarem por meio de sociedades que fazem parte de uma estrutura em rede, isto é, formada por sociedades que, ainda que financeiramente e juridicamente independentes, estão sujeitas a um mesmo compartilhamento global de conhecimento de governança e políticas corporativas, assim como identidade denominativa;

Considerando que, por atuarem sob uma mesma marca, as sociedades citadas no considerando anterior, praticam políticas comerciais, de administração, de governança corporativa e de qualidade comuns, compartilham know-how e têm a prerrogativa de dividirem o quadro técnico das demais sociedades que integram a mesma rede, visando ao atendimento eficaz das necessidades dos mercados de cada uma delas, nos termos da Resolução n.º 1311/11 do CFC;

Considerando que, no caso, das sociedades que fazem parte de uma estrutura em rede, como explicado nos considerandos acima, o Termo de Cessão de Profissional (Contrato de prestação de serviços), no qual se define a cessão de um profissional de uma sociedade em rede a outra, os serviços que devem ser executados, a vigência do contrato, a forma de remuneração dentre outros, é o documento utilizado para evidenciar o vínculo do profissional com a licitante;

Considerando, portanto, que a apresentação de Termo de cessão de Profissional comprova que o profissional integra o quadro permanente de empregados da contratada;

Questiona-se:

3.1. É correto o entendimento de que a comprovação de que o profissional faz parte do quadro permanente da licitante também poderá ser feita mediante a apresentação de Contrato para Prestação de Serviço, onde fica estipulado que o profissional será cedido de uma sociedade a outra para execução dos trabalhos objeto do certame, sendo, ainda, que tal contrato será firmado entre sociedades que atuam sob a mesma marca, praticam políticas comerciais, de administração e de qualidade comuns, compartilham know-how e têm a prerrogativa de compartilharem do quadro técnico das demais que integram a mesma rede?

Resposta do BANDES:

Entendimento correto, desde que a comprovação do vínculo empregatício possa ser atestada de forma inequívoca e inquestionável.

Pergunta Nº 4 – Das análises internas realizadas pela licitante

4.1 Solicitamos as identificações (CPF/CNPJ, nome completo e função/cargo) dos seguintes profissionais e/ou Fundos do BANDES:

- 1) Bruno Pires Dias – Presidente do Conselho de Administração (confirmar)
- 2) Munir Abud de Oliveira – Diretor – Presidente (confirmar)
- 3) Iranilson Casado Pontes – Diretor de Administração e Finanças (confirmar)
- 4) Valdir dos Santos – Contador (confirmar)
- 5) Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES
- 6) Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES
- 7) Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP
- 8) Fundo de Aval Bandes

Resposta do BANDES:

OS CNPSs dos Fundos estão disponíveis no site no BANDES
(<https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=6>).

Não serão divulgados os CPF's das pessoas físicas, neste momento.

Pergunta Nº 5 – Das disposições legais e estatutárias

Considerando que o objeto da licitação consiste na *prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente*;

Considerando que os trabalhos de auditoria devem ser realizados em consonância com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade;

Considerando que para manter sua independência o auditor não deve assumir as responsabilidades da administração de cliente de auditoria,

Considerando que para a execução dos serviços de auditoria a contratante e contratada devem cumprir as obrigações constantes nas normas de auditoria, onde, por exemplo, a NBC TA 210 dispõe em seu item 6, alínea “b” que a contratante é responsável:

- (i) Pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, sua adequada apresentação;
- (ii) Pelo controle interno que a administração determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro;
- (iii) Pelo fornecimento do acesso a todas as informações relevantes de que a administração tem conhecimento para a elaboração das demonstrações contábeis, como registros, documentação e outros assuntos; às informações adicionais que o auditor pode solicitar da administração para fins de auditoria e; acesso irrestrito a pessoas da contratante que o auditor determina ser necessário para obter evidência de auditoria;

Considerando as normas da ISA 210, antes do início dos trabalhos, as partes devem estar de acordo sobre (i) o objetivo e o escopo da auditoria das demonstrações financeiras; (ii) as responsabilidades do auditor; (iii) as responsabilidades da contratante; (iv) identificação do quadro de relatórios financeiros aplicáveis para a elaboração das demonstrações financeiras; (v) demonstrações financeiras; (vi) referência ao formulário e conteúdo esperados de quaisquer relatórios a serem emitidos pelo auditor e; (vii) declaração de que pode haver circunstâncias em que um relatório pode diferir de sua forma e conteúdo esperados;

Questiona-se:

5.1 É correto o entendimento de que a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras se dará em consonância com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade, tais como a Norma Internacional de Auditoria (ISA) 210, a NBC TA 210 e a ISAE 3000 que trata da concordância com os termos do trabalho de auditoria?

Resposta do BANDES:

Entendimento correto.

Pergunta Nº 6 – Possibilidade de entregar os papéis de trabalho aos órgãos de controle

Considerando que consiste obrigação da contratada a manutenção do sigilo de todas as informações confidenciais da Contratante;

Considerando que os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecido a este na execução dos serviços de auditoria, nos termos do item 17¹, da Resolução NBC TA 200 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria;

Considerando que a contratada pode ser solicitada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, a dar acesso e/ou fornecer cópia dos papéis de trabalho que tenham servido de base para emissão do relatório de revisão das demonstrações trimestrais ou do parecer de auditoria e demais produtos, conforme o escopo do contrato em questão, à fiscalização dos órgãos reguladores a que se subordina a presente relação, em razão de sua atividade;

Considerando que a disponibilização dos papéis de trabalho aos órgãos reguladores para atender as normas mandatórias dos referidos órgãos de regulação não deve configurar o descumprimento da obrigação prevista no Contrato e, consequentemente, não implicar na aplicação de penalidades;

Questiona-se:

6.1 É correto o entendimento de que o fornecimento de cópia dos papéis de trabalho que tenham servido de base para a execução dos trabalhos de auditoria, conforme o escopo do contrato em questão, para os órgãos de controle, tais quais BACEN, CVM, CFC e IBRACON, a fim de atender as normas mandatórias dos órgãos de regulação, não caracteriza o descumprimento da obrigação de sigilo das informações; bem como não culmina na aplicação de penalidades?

Resposta do BANDES:

[Entendimento correto.](#)

Pergunta Nº 7 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

Considerando o disposto nos itens 14.3, 14.4, 14.5, 14.8 e 14.10 do contrato;

Considerando que estamos em uma relação entre controladores independentes durante as atividades de tratamento de dados realizada nos serviços de auditoria;

¹ Evidência de auditoria apropriada e suficiente e risco de auditoria 17. Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e, com isso, possibilitar a ele obter conclusões razoáveis e nelas basear a sua opinião (ver itens A28 a A52).

(...)

A30. A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria. Contudo, também pode incluir informações obtidas de outras fontes, como auditorias anteriores (contanto que o auditor tenha determinado se ocorreram mudanças desde a auditoria anterior que possam afetar a sua relevância para a auditoria corrente, NBC TA 315, item 9) ou procedimentos de controle de qualidade do auditor para aceitação e continuidade de clientes. Além de outras fontes dentro e fora da entidade, os registros contábeis da entidade são uma fonte importante de evidência de auditoria. Além disso, informações que possam ser usadas como evidências de auditoria podem ter sido elaboradas por especialista empregado ou contratado pela entidade. As evidências de auditoria abrangem informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração e informações que contradizem tais afirmações. Além disso, em alguns casos, a ausência de informações (por exemplo, a recusa da administração de fornecer uma representação solicitada) é usada pelo auditor e, portanto, também constitui evidência de auditoria. A maior parte do trabalho do auditor na formação de sua opinião consiste na obtenção e avaliação da evidência de auditoria.

Considerando que no controle independente, cada uma das partes controla de maneira autônoma os dados pessoais nos termos das leis de proteção de dados aplicáveis, determina, de forma independente, as finalidades e meios de processamento e cumpre suas respectivas obrigações previstas pelas leis;

Considerando que em todo caso, há necessidade de uma base legal e uma finalidade para o compartilhamento entre controladores;

Considerando que, na execução destes serviços, a contratada não pode ser considerada operadora na medida em que o auditor precisa ter autonomia com relação aos dados que trata (ou seja, durante a condução dos trabalhos, o auditor tem liberdade na escolha dos documentos que analisará e como os dados constantes no documento serão tratados (se serão armazenados, eliminados ou complementados, já que o auditor pode determinar quais documentos deseja analisar para formar sua convicção de forma livre), bem como em que atuará em conformidade com os preceitos legais e regulatórios aplicáveis à atividade de auditoria de forma autônoma;

Considerando o papel do auditor como controlador, encaminhamos posicionamento do Accountancy Europe e ICO, que servem de referência para o assunto.



181029_GDPR-and-its-implications-for-s



Who_are_your_data_processors_ICO.pdf

Questiona-se:

7.1 Relativamente ao 14.3. da minuta de contrato, é correto o entendimento de que a Licitante, como controladora independente, poderá conduzir atividades de tratamento de dados pessoais para finalidades diversas, como para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos e atendimento a regras, procedimentos e políticas internas, desde que amparada por uma base legal adequada?

7.2 Relativamente ao 14.4. da minuta de contrato, é correto o entendimento de que a Licitante, como controladora independente, respondendo pelas atividades que conduzir, poderá compartilhar dados pessoais e dados pessoais sensíveis com terceiros que entender necessários à prestação dos serviços, como por exemplo com as firmas-membro da rede de firmas independentes que compõe a estrutura global da licitante, seus fornecedores e autoridades, conforme definição da Resolução NBC PA 400 do Conselho Federal de Contabilidade?

7.3 Sobre o 14.5. da minuta de contrato, é correto o entendimento de que a Licitante, como controladora independente, não precisa informar ao cliente os dados aos quais dará acesso a terceiros, uma vez que responde diretamente perante as autoridades pelas atividades que conduzir?

7.4 Sobre o 14.8. da minuta de contrato, é correto o entendimento de que a Licitante, como controladora independente, deverá comunicar a ocorrência de violação de dados pessoais sob seu controle às autoridades, não havendo a necessidade de comunicação ao cliente?

7.5 Relativamente ao 14.10. da minuta de contrato, é correto o entendimento de que a Licitante, como controladora independente, poderá tratar dados enquanto houver base legal adequada, mesmo após o término da prestação de serviços, mantida a confidencialidade das informações?

Resposta do BANDES:

(7.1) As informações poderão ser compartilhadas entre os profissionais que estiverem relacionados com a prestação de serviços ou aqueles decorrentes de obrigações legais ou regulatórias.

(7.2) As informações poderão ser compartilhadas entre os profissionais que estiverem relacionados com a prestação de serviços ou aqueles decorrentes de obrigações legais ou regulatórias.

(7.3) A Contratada deverá informar a ocorrência ao Contratante.

(7.4) A Contratada deverá informar a ocorrência ao Contratante.

(7.5) Não está correto. A CONTRATADA realizará o tratamento de dados enquanto perdurar o contrato de prestação de serviços, se comprometendo à exclusão dos dados pessoais aos quais tem acesso, ao término do contrato, salvo nos casos de necessidade de guarda das informações, para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.

Pergunta Nº 8 – Do escopo dos trabalhos - itens 3.1.2.2, 3.2.2.2., 3.3.2.2, 3.4.2.2. e 3.5.2.2.

Considerando que os itens 3.1.2.2, 3.2.2.2., 3.3.2.2, 3.4.2.2. e 3.5.2.2. determinam a apresentação dos seguintes relatórios:

3.1.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (datas-bases 30/06 e 31/12).

Omissis (...)

3.2.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

Omissis (...)

3.3.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

Omissis (...)

3.4.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

Omissis (...)

3.5.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

Questiona-se:

8.1 Qual tipo de relatório estes itens acima se referem? Existe algum normativo específico que regula a execução destes serviços? Que tipo de conteúdo e procedimentos deve cobrir este relatório?

Resposta do BANDES:

O relatório consiste na exposição detalhada dos principais grupos de contas do balanço patrimonial (ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas), incluindo comentários e recomendações sobre inconsistências observadas entre saldos contábeis e saldos obtidos em documentação suporte gerados pelos controles internos.

Pergunta Nº 9 – Do escopo dos trabalhos - itens 3.1.2.4 e 3.1.2.5

Considerando que os itens 3.1.2.4 e item 3.1.2.5 determinam a apresentação dos seguintes relatórios:

3.1.2.4. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem), evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).

3.1.2.5. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).

Questiona-se:

9.1. É correto o entendimento de que a emissão de um relatório com base na Circular nº 3467/09, que cobre todas as deficiências de controles identificadas, inclusive para processamento de dados e data center, será suficiente para atendimento dos itens 3.1.2.4 e 3.1.2.5?

Resposta do BANDES:

Entendimento não está correto. O tópico referente às Especificações dos Serviços, descrito no item 3 do Anexo I (Termo de Referência) e no item 1 do Anexo Único do Contrato, determina que deverão ser emitidos dois relatórios elaborados com base nas citadas normas BACEN.

Pergunta Nº 10 – Do escopo dos trabalhos – cronograma de execução

Considerando que o item 4.1 apresenta o cronograma de execução dos serviços:

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A data-base e os prazos de entrega dos serviços estão definidos no quadro a seguir:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
1. Auditoria do 1º Semestre das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	30-jun	15-ago
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	30-jun	29-ago
2. Avaliação do 1º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	30-jun	10-ago
	2.2 Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem)	30-jun	10-ago
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	30-jun	10-ago

Considerando que a emissão do relatório constante do item 2 da planilha acima, deve ser emitida com base nos normativos de auditoria que estabelecem prazo de 45 dias após a publicação da auditoria das demonstrações financeiras.

Questiona-se:

10.1 É correto o entendimento de que a contratada poderá emitir os relatórios constantes do item 2 da supramencionada planilha em até 45 dias da publicação da auditoria das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições das normas de auditoria

Resposta do BANDES:

Os prazos para entrega dos relatórios são os definidos nos itens 4.1 a 4.3 do anexo I do Edital.

Pergunta Nº 11 – Do escopo dos trabalhos – cronograma de execução

Considerando que o item 7 do termo de referencia apresenta o local da execução dos trabalhos, conforme verifica-se abaixo:

7. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. As solicitações e coleta de informações para execução dos trabalhos deverão ocorrer predominantemente de forma eletrônica.

7.2. A CONTRATADA enviará a requisição de informações para a CONTRATANTE, que terá prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para sua disponibilização.

7.3. O BANDES comunicará a CONTRATADA as informações que dispõe somente em meio físico e *in loco*, na sede do BANDES, e o prazo para a sua disponibilização.

7.3.1. As visitas à sede do BANDES deverão ser realizadas pelos profissionais indicados na equipe técnica.

7.3.2. As despesas com deslocamento da equipe técnica para coleta das informações na sede da BANDES serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Questiona-se:

11.1 É correto o entendimento de que, tendo em vista a pandemia do COVID 19, os trabalhos poderão ser realizados de forma remota? Em caso negativo, é correto o entendimento de que os trabalhos realizados *in loco* serão seguindo os protocolos de COVID 19?

Resposta do BANDES:

Os trabalhos poderão ser realizados predominantemente de forma remota. Nos casos que não for possível, serão realizados *in loco* seguindo os protocolos de COVID 19.

Pergunta Nº 12 – Do escopo dos trabalhos – cronograma de execução

Considerando que o item 10.3 do termo de referencia prevê que:

10.3. Seguem alguns exemplos de erros ou falhas identificadas nas minutas ou relatórios finais que poderão ser apontadas como evidências de descumprimento do item 2 da tabela: (...)

Considerando que a responsabilidade do auditor é sobre o próprio relatório de auditoria;

Considerando que o disposto no item 5 da NBCTA 200, a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo os controles internos, é de responsabilidade da entidade auditada.

Questiona-se:

12.1 É correto o entendimento de que a aplicação do item 10.3 supramencionado considerará o especificado no item 5 da NBCTA 200?

12.2 Poderiam especificar o que seria, especificamente, considerado erro ou falha nas minutas dos relatórios de auditoria.

Resposta do BANDES:

(12.1) Entendimento correto.

(12.2) Os itens 4.2 e 4.3 do Acordo de Nível de Serviço (ANS) listam exemplos de erros ou falhas nas minutas dos relatórios de auditoria.

Pergunta Nº 13 – Anexos

Considerando que o item 16.6 do edital define o anexo V como o referente à minuta do edital, conforme observa-se abaixo:

16.6 As regras e condições contratuais estão integralmente previstas no Anexo V (Minuta de Contrato) deste Edital.

Considerando que no entanto o anexo referente a minuta de contrato é o Anexo VI;

Questiona-se:

13.1 É correto o entendimento de que a minuta do contrato está disposta no anexo VI não havendo nenhum arquivo referente à minuta do contrato no anexo V?

Resposta do BANDES:

Entendimento correto.

Pergunta Nº 14 – Escopo dos trabalhos – item 3.7

Considerando que o item 3.7 do edital determina que o BANDES poderá solicitar:

3.7 Consultas, em quantidade de até 5 (cinco), acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas as áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, sem compromisso de formulação mínima de consultas.

3.7.10s relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

Questiona-se:

14.1 É correto o entendimento de que para responder as consultas realizadas pelo BANDES, constantes do item supramencionado, a contratada irá realizar os trabalhos em conformidade com as normas profissionais brasileiras e internacionais sem ofender a independência do auditor?

Resposta do BANDES:

Correto.

Pergunta Nº 15 – Das obrigações da contratada – inciso I

Considerando que o inciso I do item 7.1 da cláusula sétima da minuta de contrato prevê o seguinte:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:

I. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do BANDES quanto ao objeto deste contrato.

Questiona-se:

15.1 É correto o entendimento de que a contratada poderá realizar as correções constantes do item predito em um prazo de dez (10) dias úteis, a partir da data de notificação do Cliente?

Resposta do BANDES:

Entendimento não está correto. O prazo será definido pelo Fiscal do Contrato conforme cada caso.

Pergunta Nº 16 – Das obrigações da contratada – inciso V e VI

Considerando que o inciso V e VI do item 7.1 da cláusula sétima da minuta de contrato prevê o seguinte:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:

Omissis(...)

V. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

VI. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados ao BANDES ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do contrato;

Considerando que a contratada responde diretamente pelos danos que causar a Contratante e a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços, nos termos previstos na Lei Federal n. 13.303/2016;

Questiona-se:

16.1 É correto o entendimento de que a contratada será responsável pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados que causar a contratante e a terceiros, decorrente da execução do objeto do contrato, limitado ao valor total do contrato?

Resposta do BANDES:

Entendimento não está correto.

Pergunta Nº 17 – Das obrigações da contratada – item 14.4

Considerando que o item 14.4 da minuta de contrato prevê que:

14.4 A CONTRATADA se compromete, em nome de seus sócios, colaboradores e parceiros, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados pela CONTRATANTE, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

Questiona-se:

17.1 É correto o entendimento de que a contratada deve manter o sigilo das informações em consonância com o disposto na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas normas profissionais aplicáveis? Além disso, é correto o entendimento que o tratamento de informações sigilosas também observará os padrões profissionais, além do disposto na Lei 13.709/2018?

Resposta do BANDES:

Entendimento correto.

Pergunta Nº 18 – Das obrigações da contratada – item 14.7

Considerando que o item 14.7 da minuta de contrato determina que:

14.7 Nos termos do art. 18 da LGPD, o titular dos dados pessoais tem direito a obter das partes contratantes, a qualquer tempo e, mediante requisição simplificada, a confirmação da existência de tratamento; o acesso aos dados; a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei; a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador; a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art.16 da LGPD; a informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e a revogação do consentimento, nos termos do art.8º, § 5º, da LGPD.

Considerando que a documentação do trabalho do auditor é o conjunto de arquivos, formulários, relatórios e documentos que contém as informações, apontamentos e conclusões obtidos pela contratada durante a execução dos serviços, os quais constituem a evidência do trabalho executado, sendo por isso de propriedade da contratada;

Considerando, ainda, que a contratada deve manter, na forma do item R400.60A1², Resolução NBC PA 400 do Conselho Federal de Contabilidade, uma cópia dos arquivos, relatórios e documentos no encerramento do contrato que subsidie os produtos entregues à contratante, inclusive para possibilitá-la exercer o direito de defesa em eventuais alegações de descumprimento ou violações (direito este assegurado no art. 5º da Constituição Federal);

Considerando que a possibilidade da contratada manter uma cópia dos seus papéis de trabalho perfaz-se em condição essencial para poder se resguardar frente a eventuais questionamentos de quaisquer naturezas (Ex: Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário e, inclusive, a própria Contratante);

Questiona-se:

18.1 É correto o entendimento de que se os dados forem considerados evidências do trabalho de auditoria, a contratada terá a obrigação legal, regulamentare padrão profissional de manter cópia dos seus papéis de trabalhos que contenham tais informações, desde que respeitada a lei da LGPD?

Resposta do BANDES:

[Entendimento correto.](#)

Vitória, 24 de maio de 2021.

Andressa Maria Gujansky Santana dos Santos
Pregoeira - BANDES

² 400.60A1 A documentação fornece evidências dos julgamentos da firma na formação de conclusões sobre o cumprimento desta Norma. Entretanto, a ausência de documentação não determina se a firma considerou um assunto específico nem se ela é independente.